

“Tratamento igual para credores externos”

por Maria Clara R.M. do Prado de Brasília

A proposta que o Brasil apresentou ao comitê assessor da dívida externa brasileira impõe aos bancos credores um esquema de abatimento não do estoque mas sim dos juros devidos, aliviando justamente o fluxo dos pagamentos ao exterior, mediante capitalização de parte dos serviços vencidos. Nesse sentido, o economista Adroaldo Moura da Silva, vice-presidente da Silex, Consultoria Financeira e Participações Ltda., não tem dúvidas de que a equipe econômica está dando aos credores externos tratamento semelhante àquele dado aos credores internos, detentores de títulos públicos, com o plano de estabilização de 15 de março.

“O ‘zero cupom bond’ é a repetição para os credores estrangeiros do que aconteceu com os credores internos, só que agora deseja-se prisionar os dólares por prazo mais longo” (45 anos contra o período global de 30 meses de retenção do cruzado novo), disse ele ontem no seminário dedicado



Adroaldo Moura da Silva

a “Nova Estrutura do Sistema Financeiro”, promovido pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) da Universidade de São Paulo (USP).

Moura da Silva falou no painel reservado a discutir as relações do sistema financeiro do País com o setor externo e elogiou a proposta brasileira para a renegociação da dívida externa, combatendo frontalmente a posição do economista e ex-presidente do Banco Central, Paulo Lira, para quem alguns pontos

do plano para solução da dívida não estão bem explicitados.

“A dívida externa é um problema que o Brasil tem de resolver, o País tem de se organizar para pagar a dívida que aí está, não só do ponto de vista dele (Brasil) mas também dos credores”, afirmou Lira, ressaltando que uma definição para a dívida é importante porque cria, segundo ele, um clima apropriado de atração do capital externo. A questão, conforme colocou, está no fato de que capital de risco e de empréstimo é uma massa só, que se interpenetra. As grandes companhias fazem parte do “board” dos grandes bancos e vice-versa, lembrou ele.

DIVERGÊNCIA

O centro da divergência entre Lira e Moura da Silva resume-se ao conceito que procura medir a capacidade de pagamento do País pelo ponto de vista fiscal. O ex-presidente do BC continua achando que o país tem condições de fazer um esforço cambial para honrar os pagamentos externos: “Sem especificar os fluxos

Oposição é natural, diz Zélia

A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, disse ontem em entrevista à TV Nacional, que é natural que existam alguns opositores à proposta brasileira de renegociação da dívida externa. “A proposta pode ser melhor para uns, pior para outros, e a negociação cria esse espaço para que se possam acomodar todos os interesses”, disse a ministra.

A proposta de reestruturação do pagamento da dívida

externa brasileira, apresentada na semana passada, tem recebido reações negativas dos bancos credores internacionais.

A ministra disse que espera discutir ainda os pontos que não estão esclarecidos, para avançar nas negociações.

Na próxima semana, chega ao Brasil uma comissão técnica do comitê assessor dos bancos credores para uma análise mais aprofundada da

proposta brasileira. A comissão será chefiada por Lawrence Brainer do subcomitê de economia do comitê assessor.

Em relação à inflação, Zélia Cardoso de Mello disse que o programa de estabilização foi atrapalhado pela crise do golfo Pérsico. Mas, como a economia já estava organizada, a expectativa é de bons resultados nos próximos meses.

(Agência Brasil)

de moeda estrangeira (recebimentos e pagamentos), restringindo os pagamentos ao remanescente do esforço fiscal, não ajuda a aceitação da proposta”, indicou Lira, sugerindo que a proposta seja completada com a expectativa de geração de recursos externos, o que a tornaria “palatável do ponto de vista do sistema financeiro”.

Moura da Silva veio com uma resposta fulminante, chamando a atenção de Li-

ra, que não estaria considerando em suas avaliações o fato de o País viver hoje uma situação em que a taxa de câmbio surge das flutuações do mercado. “O que importa é ter cruzeiros para comprar câmbio e, se os bancos estrangeiros não entenderam o sistema de taxa de câmbio flutuante, então não vão entender o conceito da capacidade fiscal de pagamento”, colocou o vice-presidente da Silex.

Para ele, não se quer entender uma mudança radical introduzida na política econômica, justamente a decisão de que o governo não mais se compromete a fixar a taxa de câmbio. Este fato novo, crê Moura da Silva, não mais permite que a capacidade de pagamento seja medida pelo esforço de geração de dólares, já que o preço do câmbio tornou-se variável que ficou fora do controle do governo.